



CENTRO JURÍDICO

Bel Sebastião Araújo OAB-PB 6831
Bela Gilvânea D. de M. y Araújo
Bel. Caio Prado D. de M. y Araújo OAB-PB 28107

Esperança – PB, rua Joaquim Virgolino, 471 – Tel/fax (083). 3361.1958 – 9905.7314 e-mail drbastinho@hotmail.com

Exma. Sra. Dra. Juíza de Direito da ____ Vara Cível da Comarca de Esperança - Paraíba

AÇÃO ORDINARIA DE COBRANÇA POR INDENIZAÇÃO DE SEGURO – DPVAT

Autor: João Batista Trajano

Ré: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

João Batista Trajano, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG n.º 1.443.445 SSP – PB e do CPF n.º 095.661.444-23, residente e domiciliado em Esperança – PB na Rua Raimundo Gomes da Silva n.º 99, vem perante V. Excia, por seu procurador e advogado, subscrito, nos termos do instrumento procuratório, doc. anexado, fundamentado na Lei 8.441, de 13 de julho de 1992, Resolução SUSEP n.º 17, de 17 de fevereiro de 2000, Constituição Federal, e demais legislações, propor a presente

AÇÃO ORDINARIA DE COBRANÇA POR INDENIZAÇÃO DE SEGURO – DPVAT

Em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, com CNPJ n.º 09.248.608/0001-04, com sede no Rio de Janeiro – RJ, na Rua Senador Dantas, 74 – 5º e 6º andar – CEP n.º 20.031-205, fone 021-3861.4600, pelos fundamentos de fato e direito que passa a expor para a final requerer o que segue:

Gratuidade Processual

O Autor é pobre, está desempregado, está impossibilitado de trabalhar em virtude do acidente e lesões sofridas, não pode pagar despesas processuais sem comprometer seu sustento, ex vi Declaração de Hipossuficiência. Requer a gratuidade processual. Art. 98 e seguintes do CPC.

1. No dia 31 de maio de 2020 pelas 14h00min, quando transitava na PB 121 sentido Areial – PB para Esperança – PB, quando um carro colidiu contra sua motocicleta HONDA/CG 150 TITAN KS, ANO 2004/2004, cor vermelha, placa MMU 2414/PE, CHASSI 9C2KC08104R017264, foi socorrido pela unidade do SAMU local, sofreu ferimentos na perna esquerda, foi, o Autor foi conduzido ao Hospital de Traumas de Campina Grande – PB para receber atendimento médico





CENTRO JURÍDICO

Bel Sebastião Araújo OAB-PB 6831
Bela Gilvânea D. de M. y Araújo
Bel. Caio Prado D. de M. y Araújo OAB-PB 28107

Esperança – PB, rua Joaquim Virgolino, 471 – Tel/fax (083). 3361.1958 – 9905.7314 e-mail drbastinho@hotmail.com

mais minucioso devido a maior gravidade de suas lesões, ficando internado por uma semana, , documentos anexos.

2. O Suplicante sofreu fraturas graves, principalmente na Tíbia e Fíbula, devendo ficar afastado das suas atividades por pelo menos 90 dias, atestado assinado pelo Ortopedista Dr. Ywry de Paiva Câmara CRM-PB nº 10.907, docs. anexos.
3. A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT é a responsável pelo pagamento deste tipo de indenização.
4. Pelo fato do Suplicante ser vítima de acidente automobilístico este faz jus ao seguro DPVAT. O Suplicante requereu pela via administrativa, junto a Suplicada o referido seguro, contudo obteve resposta muito aquém do esperado, recebendo apenas R\$337,50, pagamento a menor do valor perquirido pela gravidade da lesão.

Do Direito:

5. O art 3º da Lei nº 6.194/74 reza:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a. 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país – no caso de morte;*
- b. Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país – no caso de invalidez permanente;*
- c. Até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no país – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

6. Já o art. 5º da Lei nº 6.194/74, com redação alterada pela Lei 8.441/1992, dispõe que o pagamento da indenização referente ao DPVAT, será realizado mediante simples prova do liame de causalidade entre o evento e o acidente. *Ex vi:*

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova no acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

7. A importância a ser pago é com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, nos termos do § 1º do art. 5º da Lei 6.194/74, não obstante juntada de Registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte, os quais pede-se juntada.
8. Cite-se o art. 3º da lei 6.194/74:





CENTRO JURÍDICO

Bel Sebastião Araújo OAB-PB 6831
Bela Gilvânea D. de M. y Araújo
Bel. Caio Prado D. de M. y Araújo OAB-PB 28107

Esperança – PB, rua Joaquim Virgolino, 471 – Tel/fax (083). 3361.1958 – 9905.7314 e-mail drbastinho@hotmail.com

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
(Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

9. A Jurisprudência dominante e a doutrina declinam em favor do presente pedido, colhemos a seguinte:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia judicial e o pagamento administrativo realizado. 4. Correção monetária incidente a partir do pagamento administrativo. Sentença reformada, no ponto. 5. Distribuição da sucumbência mantida, considerado o decaimento das partes. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70069102705, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 29/06/2016). (grifou-se).





CENTRO JURÍDICO

Bel Sebastião Araújo OAB-PB 6831
Bela Gilvânea D. de M. y Araújo
Bel. Caio Prado D. de M. y Araújo OAB-PB 28107

Esperança – PB, rua Joaquim Virgolino, 471 – Tel/fax (083). 3361.1958 – 9905.7314 e-mail drbastinho@hotmail.com

APELAÇÃO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA. Presente prova de que a extensão das lesões é superior ao constatado na perícia administrativa, imperiosa se faz a complementação da indenização securitária decorrente do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70067253906, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rinez da Trindade, Julgado em 07/04/2016). (grifou-se).

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DEVIDA. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. 1. Demonstrada a ocorrência do acidente e da invalidez permanente da parte autora, nos termos do art. 5º, caput, da Lei nº 6.194/74, é devida a indenização securitária. 2. Graduação da invalidez. Mostra-se necessária a graduação da invalidez para fins de cobrança do seguro obrigatório DPVAT. Questão pacificada em razão do julgamento do REsp 1.246.432, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (art. 543-C do Código de Processo Civil) e Súmula 474 do STJ. 3. Complementação de indenização devida, considerando o grau de invalidez apurado na perícia e o pagamento administrativo realizado. 4. Descabida correção do valor da indenização do seguro DPVAT. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70066950957, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 10/02/2016) (grifou-se).

10. A lesão de fraturas múltiplas da vítima ocorreu em decorrência do acidente, consubstanciado mediante prova já acostada – Boletim de Ocorrência e atestados médicos, sendo portanto devido o pagamento complementar da Verba Securitária.





CENTRO JURÍDICO

Bel Sebastião Araújo OAB-PB 6831
Bela Gilvânea D. de M. y Araújo
Bel. Caio Prado D. de M. y Araújo OAB-PB 28107

Esperança – PB, rua Joaquim Virgolino, 471 – Tel/fax (083). 3361.1958 – 9905.7314 e-mail drbastinho@hotmail.com

11. Ante o exposto em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através de perícia médica e posterior enquadramento da invalidez na tabela de danos segmentares, ainda, com valor corrigido pelo INPC da data do sinistro.

Ex positis, em virtude do interesse e legitimidade da Parte autora para o ajuizamento da ação, bem como a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição inicial, requer que se digne V. Excia determinar:

- a. *In limine*, a gratuidade processual ante a hipossuficiência econômica do Autor, por estar desempregado, conforme carteira de trabalho e declaração de hipossuficiência anexos.
- b. *In Meritum*, a citação da Promovida, por seu representante legal, para contestar a presente demanda, sob pena de revelia e confissão, bem como não tem interesse na audiência de conciliação por da necessidade de realização de perícia médica.
- c. Se digne V. Excia em nomear perito, conforme art. 465 do CPC a fim de que seja ratificada a constatação da invalidez permanente remanescente na parte demandante e posteriormente quantificado em valor devido a esta.
- d. Devidamente processado o feito, com o devido processo legal, seja julgado procedente para condenação da parte Ré em complementação do pagamento do DPVAT a parte Autora, levando me consideração a perícia médica judicial, com os juros e correção monetária contados do evento danoso, aplicando-se assim a mais pura e cristalina justiça.
- e. Finalmente, protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial a prova pericial e testemunhal.
- f. Condenar a Ré ao pagamento de custas e despesas processuais e honorários advocatícios.

Dá-se à causa o importe de R\$ 5.000,00, apenas para fins fiscais.

E.
Deferimento

Esperança, 20 de Outubro de 2020.

Sebastião Araújo de Maria
OAB-PB 6831

Gilvânea D. de M. y Araújo
Bacharela

Caio Prado D. de M. y Araújo
OAB-PB 28107

